

A Formação Pessoal e Social na Educação do 1º ciclo

Pereira, Maria Otília M. R.

Família e escola, os principais responsáveis pela formação pessoal e social dos jovens, por diferentes motivos, não têm proporcionado aos alunos acompanhamento eficaz na sua formação pessoal e social. Várias são as causas que tiram a capacidade às famílias de continuarem a desempenhar com eficiência esse papel (mutações económicas, tecnológicas, sociais e demográficas, etc.). Por sua vez, as escolas, embora assumindo o seu papel formativo, não intencionalizaram, muitas vezes, a sua função neste domínio e, como tal, não explicitaram nem operacionalizaram objectivos conducentes a uma formação pessoal, social e moral dos jovens, susceptível de os preparar para os desafios do futuro como elementos úteis numa sociedade democrática. Nos últimos anos, agentes educativos e comunidade em geral obtiveram uma maior consciencialização da disfuncionalidade da escola relativamente à finalidade educativa e da urgência de solucionar esse desacerto.

Muitos países contemplam, já, nos seus currículos, objectivos relacionados com a área de F.P.S. Referindo-nos só ao Primeiro Ciclo do Ens. Básico, diremos que, na **Bélgica**, todos os alunos têm um curso de religião ou de moral laica e existe ainda um programa autónomo de Educação Cívica; na **Grécia** faz-se educação ética através de temáticas integradas nas áreas ou disciplinas curriculares, em **Espanha** a Educação Cívica é obrigatória em todos os cursos do Ensino Primário, logo, todos os alunos dos 6-13 anos o frequentam; em **França** há um programa de Educação Cívica autónomo, de frequência obrigatória, no Ensino Primário e Secundário; na **Itália**, em fase de reforma, os programas do Ensino Primário prevêem que a educação cívica seja um programa

autónomo nos conteúdos da área de Estudos Sociais; no **Luxemburgo** os alunos têm de frequentar obrigatoriamente uma disciplina de educação moral laica ou religiosa; nos **Países Baixos** a educação cívica é disciplina autónoma na área global de Estudos Humanos e Sociais; na **Escócia** (Reino Unido) existe uma disciplina autónoma, de Educação Pessoal e Social e a educação cívica realiza-se ainda em tópicos integrados noutras disciplinas; na **Inglaterra e País de Gales** a educação pessoal e social tem os seus conteúdos disseminados por todas as disciplinas e áreas curriculares. Também no Canadá existe no currículo uma área de F.P.S. “**Formation Personnelle et Sociale**” que estrutura as actividades ao longo dos 12 anos de escolaridade e abrange todos os alunos do ensino elementar ao secundário, desenvolvendo-se nas áreas de educação sexual, educação para o consumo, educação para a saúde, educação para a vida em sociedade e educação para as relações interpessoais.

Em Portugal, estas preocupações estão consubstanciadas na Lei de Bases do Sistema Educativo, essencialmente nos art. 2, 3, 7, 47.

No art. 2, nº 4 (princípios gerais) alega-se que “*o sistema educativo responde às necessidades resultantes da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho.*”

Também no mesmo art., nº 5 se defende que “*a educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de impressões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva.*”

No art. 3 (princípios organizativos) enuncia-se que a educação deve:

b) Contribuir para a realização do educando, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, preparando-o para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos e proporcionando-lhe um equilibrado desenvolvimento físico;

c) Assegurar a formação cívica e moral dos jovens

l) Contribuir para desenvolver o espírito e a prática democráticos, através da adopção de estruturas e de processos participativos na definição da política educativa, na administração e gestão do sistema escolar e na experiência pedagógica quotidiana, em que se integram todos os intervenientes no processo educativo, em especial os alunos, os docentes e as famílias.

Para tornar realizável a operacionalização dos objectivos supracitados é instituída, na Lei de Bases do Sistema Educativo, a área de F.P.S. ao estabelecer que “*os planos curriculares do ensino básico incluirão em todos os ciclos e de forma adequada uma área de formação pessoal e social, que pode ter como componentes a educação ecológica, a educação do consumidor, a educação familiar, a educação sexual, prevenção de acidentes, a educação para a saúde e educação para a participação nas instituições, serviços cívicos e outros do mesmo âmbito*” (nº 2, art. 47)

Para que a consecução dos objectivos, nas nossas escolas, seja uma realidade é necessário que todas as actividades da área sejam convenientemente coordenadas e incluídas na dinâmica de todo o processo educativo. Foi neste sentido que Odete Valente (1989) se manifestou ao referir que a área só terá verdadeira influência se atender a dois princípios: “*um primeiro princípio respeitante à organização do*

conteúdo curricular e que será a intersecção do interpessoal com o ambiente físico e humano” e um outro princípio que se refere à metodologia: “só uma abordagem de envolvimento pessoal poderá conduzir a que esta área corresponda ao seu objectivo e não se torne apenas em mais uma disciplina” (p. 168). Também o CNE (1990) realçou que: “nesta área [F.P.S.] há conhecimentos científicos a aprender, processos e atitudes psicológicas a desenvolver e capacidades de acção a adquirir. (...) Para este grupo de objectivos, a própria organização da escola e a metodologia do processo de ensino/aprendizagem das outras áreas exercem uma influência substancial, pelo que, na reforma em curso, este aspecto deve merecer uma atenção especial nas fases subsequentes do desenvolvimento curricular (p. 411).

A Formação Pessoal e Social só não será mais uma área a somar às outras e só poderá dar resposta às preocupações para que foi criada se os seus objectivos estiverem presentes não só nas salas de aula mas também em todas as actividades formais ou informais da escola. Para Odete Valente (1989) a F.P.S. só será um facto se for *“um espaço de construção do eu, de construção das suas relações com a sociedade, da construção das suas relações interpessoais, da sua educação cívica e também da sua educação moral”* (p. 489). Esses objectivos só serão exequíveis se forem preocupação de todo o currículo formal e informal da escola.

Um currículo de F.P.S. tem de ser um currículo aberto para possibilitar tanto a inserção social como a apropriação pessoal; tem de assentar no “Self”, na pessoa e na compreensão da sua experiência; desenvolver-se através de práticas centradas nas produções dos alunos que são, por sua vez, assentes nas suas vivências; baseado nos seus contextos de vida e na promoção das suas potencialidades, centrado numa organização institucional de ambiente educativo estimulante. A Formação Pessoal e Social pode advir e ser intencionalizada a propósito de variados conteúdos embora a

LBSE, a título exemplificativo, no seu art. 47, nº 2, define conteúdos para esta área. São nomeadamente: a ecologia, a sexualidade, a família, a saúde, a participação nas instituições cívicas, o consumo. No entanto, a expressão “nomeadamente” permite-nos deduzir que estes não são os únicos conteúdos. No *Desenho curricular da Formação Pessoal e Social (1993)* adiantam-se dois outros: a educação para as relações interpessoais e a educação para as relações consigo mesmo. Lembra-se que o conceito de conteúdo tem aqui um significado muito amplo e que até mesmo a organização e funcionamento da sala de aula, as diversas estruturas da escola e o clima geral da organização, como factores potenciadores ou inibidores do desenvolvimento dos alunos podem considerar-se conteúdos a trabalhar intencional e sistematicamente.

O Decreto/Lei nº 6/2001 estabelece a operacionalização da área de Educação para a Cidadania em todas as áreas curriculares disciplinares e não disciplinares e é criada a área curricular não disciplinar de Formação Cívica.

A educação para a cidadania passa assim a ser objecto de todas as áreas curriculares devendo os seus objectivos estar disseminados nos respectivos programas e nos manuais escolares. É impreterível que seja dada uma sólida formação contínua neste âmbito a todos os professores. Só assim se poderá conseguir um activo comprometimento, evitando que continuem a fazer como sempre fizeram e fazendo com que não persistam na atitude de privilegiar a aquisição de conhecimentos com vista a preparar os alunos para o exame final, ignorando os objectivos da nova área. A inclusão no currículo de objectivos de F.P.S. implica uma mudança de mentalidades no que se refere à relação entre os conhecimentos e a ciência por um lado e as atitudes e valores por outro. Os alunos aprenderão a tratar os assuntos como problemas racionais e

científicos e, ao mesmo tempo, como problemas pessoais, sociais e afectivos, sem barreiras artificiais.

Há objectivos de Formação Pessoal e Social nos programas das várias disciplinas. Numa análise feita pelo IIE à primeira versão dos programas do Ensino Básico concluiu-se que estes objectivos figuravam lá quer sobre a forma de aquisição de conhecimentos quer sobre a forma de aquisição de competências relacionais e interpessoais, de participação e de juízo sócio-moral. Também os resultados de um estudo realizado por Ramiro Marques (1992) confirmam que os actuais programas do Ensino Básico já têm disseminados vários conteúdos da F.P.S. embora saliente que esses objectivos são *“contrariados por uma organização escolar e um sistema de comunicação que convidam à passividade, à dependência, ao conformismo e à heteronomia”* (p. 80).

Consideramos que houve a disseminação desses objectivos no programa do 1º ciclo do ensino básico (1990) pois entendemos os seguintes objectivos do programa como sendo da área de F.P.S.:

- “Conhecer regras básicas de higiene pessoal, social e vida saudável e segura.
- Utilizar habilidades apropriadas em percursos da natureza, respeitando as regras de segurança e preservação do ambiente.
- Revelar autonomia, em relação aos adultos, na resolução de conflitos de grupo.
- Formular juízos baseados na sua experiência, revelando espontaneidade na sua conduta.
- Manifestar gosto pela prática de actividades físicas e adoptar hábitos de higiene e de alimentação, que favoreçam, o seu desenvolvimento pessoal e a promoção de um estilo de vida saudável.
- Revelar curiosidade e auto-confiança perante situações diversificadas.

- Tomar iniciativas e fazer opções no domínio de actividades escolares e recreativas, tendo em conta os seus gostos e os seus interesses pessoais.

- Realizar as tarefas e actividades em que estiver implicado, utilizando critérios e raciocínios próprios e manifestando uma atitude favorável à conclusão do trabalho.

- Colaborar na vida dos grupos, partilhando saberes e responsabilidades.

- Cooperar para o aperfeiçoamento pessoal e dos outros em situações interactivas e competitivas, nomeadamente as que ocorrem no âmbito das actividades físicas.

- Participar no arranjo e na criação de condições de bem estar na escola.

- Manifestar prazer e gosto na realização das actividades expressivas.

- Manifestar capacidade criativa em situações do quotidiano escolar.

- Manifestar, na vida quotidiana, atitudes de respeito pelo equilíbrio ecológico e de preservação do património cultural, integrando saberes adquiridos.

- Reconhecer contribuições das ciências e da técnica para o progresso das condições da vida humana.

- Reconhecer a diversidade de actividades profissionais e a sua importância social.

- Reconhecer a influência da publicidade nos hábitos de consumo e a necessidade de escolher tendo em conta a defesa da saúde e da qualidade de vida.

- Revelar atitudes de respeito e de solidariedade para com as pessoas e grupos de idade, sexo, raça e origem social diferentes, bem como pessoas e povos de outras culturas.

- Estabelecer relações construtivas com as pessoas com que interacciona, rejeitando qualquer tipo de discriminação baseada em características pessoais.

- Revelar hábitos de convivência democrática dentro dos grupos e da comunidade em que se encontra inserido.
- Reconhecer e valorizar os patrimónios natural, histórico e cultural.
- Reconhecer usos, costumes, tradições e valores do povo português (artesanato, folclore, gastronomia, artes, ofícios...) como factores de identificação nacional.”

In *Objectivos gerais de ciclo. Ensino básico 1º, 2º e 3º ciclo* (s.d.). Lisboa: DGEBS

A área de Formação Cívica vem fortalecer a dimensão transdisciplinar e formativa dos novos planos curriculares já que tem como objecto o desenvolvimento harmonioso do desenvolvimento cognitivo, afectivo, estético, social e moral dos alunos.

Deve ser um espaço de diálogo, em que se faça a integração pessoal das experiências nas várias áreas curriculares. A organização curricular desta disciplina deve ser centrada em problemas. Poderá ser um lugar privilegiado para uma aprendizagem global de saberes, capacidades e atitudes fundamentais para a inserção na vida activa e para o exercício da cidadania. Aqui as crianças podem desenvolver atitudes pessoais e sociais através da resolução de problemas, da assumpção de regras activas de funcionamento e do modo de organização do trabalho.

O tempo de 50 minutos por semana é, quanto a nós, pouco para que haja um envolvimento efectivo dos alunos e para a utilização de estratégias adequadas, mas, mesmo assim, é muito importante a existência desta disciplina como lugar de discussão explícita de valores, para o desenvolvimento de atitudes e a aquisição de conhecimentos e para a utilização de estratégias como a clarificação de valores, debates e discussão de dilemas. O aluno pode, nesta disciplina, sair da globalidade para a individualidade e

lidar aí com os problemas pessoais que o inquietam desde os problemas consigo próprio às relações com os outros. É também um espaço propício à formação para a autonomia e a cidadania porque aí pode experienciar, promover e conhecer práticas que lhe permitam a reflexão e o comprometimento pessoal.

Para o êxito da área de F.P.S. não podemos, também, esquecer a importância da promoção de uma atmosfera educativa democrática, participativa e humanizada. Deve-se *“reconhecer o impacto do currículo oculto e, portanto, da necessidade de transformar deliberadamente as práticas educativas, os regulamentos da escola e o clima social”* (Menezes, 1993, p. 327). A escola como espaço de formação e tudo o que nela se passa tem influência na realização de vida dos alunos.

O novo modelo de gestão das escolas tem capacidades ao abrir a escola à comunidade e ao dar poder ao aluno na organização e gestão de certas tarefas na escola que podem ser facilitadoras da concretização de objectivos da F.P.S.. Também a autonomia prevista pode facultar uma relação mais aberta e funcional com as famílias e a comunidade bem como possibilitar respostas adequadas às necessidades específicas atendendo às características e recursos particulares. O clima organizacional, o estilo de liderança, a forma como se organizam os espaços, os tempos e as actividades, das regras explícitas e implícitas, o modo como se resolvem os conflitos, as formas de participação, etc. têm influência na formação dos alunos.

Os professores fazem a formação pessoal e social dos alunos pelo simples facto de interagirem com eles. A influência do professor na formação do carácter e dos comportamentos sociais dos alunos decorre da sua função e estatuto de formador, por um lado, e da maneira como assume a liderança do grupo-turma e a organização das respectivas actividades.

Uma vez que esta influência do professor é um facto, a escola deve preocupar-se em explicitar o implícito para poder controlar o papel que desempenha na formação dos seus alunos. Deve também estar consciente do facto de haver aspectos condicionantes do clima da escola e que, por tal motivo, estes devem ser discutidos e considerados. São, entre outros, a divisão de tarefas dentro da escola e no projecto educativo, a formas como se organizam os espaços e os materiais, as metodologias utilizadas, os papéis dos alunos na programação, incremento e avaliação das actividades, a escolha dos saberes, normas e competências a fomentar, as formas de gestão e comunicação, etc..

Concluimos salientando que a área de Formação Pessoal e Social radica em preocupações que se relacionam com as transformações sócio-educacionais resultantes de uma alteração profunda do tecido social. Tudo acaba por se reflectir na escola e simultaneamente é nela que reside a capacidade de preparar, ou ajudar a preparar as novas gerações para a mudança e para o exercício da cidadania. O facto de vivermos numa sociedade pluralista e em acelerada mutação exige que a implementação da Formação Pessoal e Social em todas as escolas seja uma realidade.

BIBLIOGRAFIA:

- Andrade, Júlio Vaz (1992). *Os valores na Formação Pessoal e Social* (1ª ed.). Lisboa: Texto Editora.
- Cabanas, José Maria Quintana (1988). *Teoría de la educación - concepción antinómica de la educación*. Madrid: Dykinson.
- Campos, Paiva Bártolo (1991). *Educação e Desenvolvimento Pessoal e Social*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- Campos, Paiva Bártolo (1992). A Formação Pessoal e Social na Reforma Educativa Portuguesa. In Júlia Formosinho & al (Ed.), *Formação Pessoal e Social*. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências de Educação.
- Carita, Ana & Abreu, Isaura (1993). *Formação Pessoal e Social - Desenho curricular*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Durkein, Emile (2001). *Sociologia, Moral e Educação*. Porto: Rés-Editora;
- Lourenço, Orlando (1992). *Psicologia do Desenvolvimento Moral- teorias, dados, implicações*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Marques, Ramiro (2002). *Valores Éticos e Cidadania na Escola*. Lisboa: Editorial Presença.
- Patrício, Manuel Ferreira (1993). *Lições de Axiologia Educacional*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Santos, Clara (2001). *Formação Cívica*. Lisboa: Edições Asa.
- Sousa, Alberto B. (2001). *Educação em Valores*. Lisboa: ESE João de Deus;
- Sousa, Alberto B. (2001). *Educação Moral*. Lisboa: ESE João de Deus;

Valente, Odete (1992). *A Escola e a Educação para os Valores. Antologia de textos (2ª edição)*. Lisboa: Departamento de Educação da Faculdade de Ciências de Lisboa. Lisboa: F.C.U.L.